

ENTREVISTA

Por Rogério Ferreira^[1]



Olgamir Amancia^[2]

é doutora em Educação pela Universidade de Brasília (2009), mestre em Estado, Política Pública e Gestão da Educação pela UnB (2002). Possui graduação em Licenciatura Plena em Ciências, com habilitação em Matemática, pelo Centro de Ensino Superior de Brasília (1985). Atualmente, é professora associada da FUP/UnB, no Curso de Licenciatura em Ciências Naturais, Decana de Extensão da Universidade de Brasília - UnB, desde

2016 e membro da Comissão Permanente de Extensão da Associação Universidades Grupo Montevideo- AUGM. Foi Presidenta do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras - FORPROEX (2020-22) e Coordenadora do Colégio de Extensão de Pró-Reitores de Extensão das IFES – COEX/Andifes(2019-2022). Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Formação de Professores, Metodologia da Pesquisa e Administração de Sistemas Educacionais, atuando principalmente nos seguintes temas: Política educacional, Gestão da educação, Planejamento da educação e avaliação institucional, Filosofia e Sociologia da Educação, Políticas para mulheres, Gênero e sexualidade associados à educação.

[1] Diretor de Desenvolvimento e Integração Social - Decanato de Extensão da UnB

[2] Decana de Extensão da Universidade de Brasília - UnB

Prezada professora Olgamir Amancia, Decana de Extensão da Universidade de Brasília, inicialmente gostaria de lhe agradecer intensamente por aceitar conceder essa entrevista à Revista Participação. A quadragésima segunda edição certamente ficará marcada por suas palavras. Seus caminhos trilhados como educadora, extensionista, pesquisadora, uma lutadora pelos direitos da mulher, geram uma possibilidade importante de diálogo acerca do encontro entre a extensão universitária e o protagonismo feminino na Ciência. Deste modo, primeiramente, gostaria que falasse um pouco sobre sua trajetória na perspectiva de subsidiar o leitor acerca das motivações que a levaram a atuar tanto no campo da Extensão Universitária quanto na construção de diferentes espaços de combate à violência contra a mulher.

Antes de falar sobre minha trajetória gostaria de parabenizar a publicação desta edição especial da Revista Participação, dedicada a apresentar o resultado de um trabalho acadêmico que perseguiu estabelecer as convergências entre a extensão universitária e o protagonismo feminino na Ciência.

Pois bem, falar de onde venho, quais os princípios que orientam a minha atuação como docente extensionista e como feminista, revelam as bases sobre as quais assentam a minha existência. Sou a quarta em uma família de 8 filhos, nascida no município de Cavalcante, interior de Goiás. Sou filha de um produtor rural e de uma professora primária que desde cedo aprendeu com os pais sobre a importância da educação. Para a minha mãe a educação era um bem a ser assegurado aos filhos e filhas, mas, também para as demais pessoas com as quais convivíamos. Mesmo morando no campo, ainda pequenos fomos incentivados à leitura e a pensar com mais autonomia, assim como fomos instados a desenvolver valores como o respeito ao outro e a solidariedade. Uma solidariedade que se inicia no cuidado entre irmãos e irmãs e com as demais pessoas com as quais nos relacionávamos em nossa casa.

Desde cedo, testemunhei minha mãe alfabetizando seus filhos e os filhos e filhas dos trabalhadores. A sala da casa onde nasci se transformava em verdadeira sala de aula, ali eram acolhidas as gentes daquelas redondezas. Foi naquele ambiente multisseriado que iniciei minha escolarização, não por acaso desde os 6 anos de idade lia fluentemente, declamava poesias, o que para a época e para a região era um verdadeiro feito.

Penso que estas referências contribuíram para que meu irmão mais velho ao ingressar na universidade se tornasse uma liderança do movimento estudantil e um militante comunista, o que muito influenciou na forma como passei a conceber a sociedade. Diria mesmo que a luta contra as desigualdades sociais e econômicas se tornou, desde cedo, uma causa para mim. Ainda que não atuasse diretamente era essa a percepção de mundo que eu construía dia após dia.

Pautada pela concepção de que é possível uma sociedade justa e igualitária, que eu “não posso ser feliz sozinha”, começo a minha militância no movimento estudantil no final do ano 1979 e início dos anos 1980, em seguida passo a militar, também no movimento feminista. Em 1988, me somo a centenas de mulheres brasileiras para criar a União Brasileira de Mulheres (UBM), entidade que se organiza em torno da pauta da emancipação feminina.

Será nesse contexto que me inserirei nos debates sobre a relação entre gênero, classe e raça. Ali, começam as minhas reflexões acerca da sujeição a que são submetidas as mulheres, assim como sobre a necessidade de atuação sistemática no movimento de mulheres, na luta por políticas públicas para a garantia do direito a uma vida sem violência e a busca pela superação das desigualdades de gênero.

Em 2011, com a eleição de um governo democrático e popular no DF e, por força da luta do movimento social de mulheres, foi institucionalizado no âmbito do Governo do DF a Secretaria de Estado da Mulher (SEM/DF), da qual fui a primeira Secretária. Mesmo como parte do primeiro escalão do governo tive, por várias vezes, que ser mais assertiva nas proposições para ser ouvida, não importava que fosse uma Secretária de Estado. Uma mulher dirigindo uma pasta dedicada às políticas para as mulheres, ainda que estas fossem mais de 52% da população, nem sempre era escutada na dimensão do que significava a sua fala.

Muitos são os exemplos que podem identificar esta subalternização, desde a estrutura física da secretaria, às condições orçamentárias e de pessoal, ou mesmo a criação de espaços institucionais de proposição de políticas de governo, oportunidade em que a SEM/DF sequer era lembrada. Tais fatos provocavam em mim profunda indignação e me instavam à luta pela transformação dessa realidade.

Através da SEM/DF implementamos políticas públicas para as mulheres do DF e entorno, em articulação com diferentes áreas do governo: educação, trabalho, saúde, desenvolvimento e assistência social, transporte, segurança, justiça etc. Dentre as ações implementadas a agenda educacional revelou-se com grande potencialidade para o enfrentamento e combate à desigualdade de gênero. Por isso, me empenhei em promover ações que estimulassem uma educação crítica, reflexiva como caminho profícuo para o enfrentamento à naturalização da desigualdade de gênero, não apenas na educação escolar em articulação com a Secretaria de Estado da Educação (SEE/DF) e o Conselho Distrital de Educação, mas, também com a educação, desenvolvida em diferentes contextos sociais.

A experiência a partir da prática social da educação em contextos não escolares consolidou o meu entendimento sobre a potencialidade da atividade extensionista para a transformação da realidade. Por isso, a perspectiva extensionista que já desenvolvia desde que ingressei como docente na UnB assume centralidade no meu agir profissional.

Olgamir, você pode compartilhar uma ou mais experiências pessoais em que tenha enfrentado um desafio como mulher na Ciência e também como mulher gestora no campo da Extensão Universitária?

Considero fundamental essa pergunta porque é a oportunidade de mostrarmos, a partir de exemplos concretos, que estamos todas sujeitas a passar por situações de constrangimento, opressão e violência nos mais distintos espaços sociais, mesmo naqueles que professam a democracia como fundamento. Algumas explícitas, outras subliminares, mas não menos opressoras ou violentas, entretanto a maioria naturalizada pela sociedade.

Exemplar foi o início de minha formação universitária como estudante do curso de Engenharia Química na UFPB. Numa turma com pouquíssimas mulheres, convivíamos com certa dualidade, de um lado um olhar de desconfiança sobre a nossa capacidade em fazer aquele curso, de outro, contraditoriamente, o entendimento que se estávamos ali é porque éramos muito “inteligentes”, então o nível de cobrança era muito alto. De uma maneira ou de outra tínhamos que comprovar o direito de estar ali. Ou seja, das mulheres é exigido muito mais para ocupar espaços que na sociedade não são reconhecidos como próprios para elas. Essa situação afirma a máxima do patriarcado de que há lugares adequados para o gênero masculino, distinto do feminino e que algumas áreas do conhecimento, ou ocupações profissionais são próprias para os homens, particularmente aquelas mais valorizadas socialmente e outras, especialmente aquelas vinculadas ao cuidado, são próprias para as mulheres e menos valorizadas pela sociedade.

Outro desafio que enfrentei foi a maternidade logo no início da graduação. A universidade não estava preparada para uma jovem mãe que deveria dividir as tarefas de cuidado com o filho - afinal no início dos anos 1980 cuidar era, mais que hoje, uma tarefa das mulheres-, com a agenda universitária que exigia dedicação integral em tempo integral, a consequência foi a interrupção da carreira acadêmica.

A gestão à frente da Secretaria de Estado da Mulher, também foi atravessada por inúmeros desafios e por experiências discriminatórias, a começar pela visão preconceituosa de muitos membros do executivo que identificavam as demandas de políticas públicas para as mulheres como questões de pouca relevância, chegando a serem identificadas muitas vezes como “mimimi”.

Por isso, para assegurar a implementação de políticas para as mulheres era demandado um esforço hercúleo da SEM/DF, bem maior do que o que se demandava de outras pastas na mesma situação institucional. O reconhecimento resultava sempre de muito esforço da gestão e da mobilização do movimento social de mulheres, pode-se dizer que as conquistas alcançadas resultavam de luta renhida.

A universidade é espaço de reflexões e produção de conhecimento com franca ancoragem na criticidade, entretanto isso não a afasta dos preconceitos e discriminações que perpassam a sociedade. Neste contexto, além da assimetria entre homens e mulheres, há aquelas relacionadas às diferentes áreas do conhecimento. As humanidades são colocadas em desvantagens em relação às demais áreas, sendo consideradas mais importantes as áreas hegemônicas pelo universo masculino. Neste contexto, as dimensões formativas também são hierarquizadas de maneira que a extensão é subalternizada em relação ao ensino e a pesquisa.

Como gestora da extensão diria que um dos principais desafios no início desse processo foi mostrar que a extensão se sustenta em um campo epistemológico próprio, com fundamentos e diretrizes claramente estabelecidos e, por isso, se constitui em atividade científica que se realiza na indissociabilidade com o ensino e a pesquisa, relevante para a formação acadêmica.

É certo que na Universidade de Brasília, gerida pela primeira mulher reitora, a atividade extensionista passou a ser reconhecida na magnitude do que lhe é próprio e muitos dos desafios testemunhados em âmbito nacional não se fizeram presentes na gestão da UnB, o que não quer dizer, que não tenhamos enfrentado resistências da comunidade acadêmica que insiste na cultura da hierarquização das áreas e das dimensões formativas, entretanto, os dados são reveladores de que ao dar sentido à vida dos acadêmicos a extensão tem modificado a sociedade e a própria universidade.

A Extensão Universitária, em sua indissociabilidade com ensino e pesquisa, vem paulatinamente mostrando sua importância para a transformação curricular no que tange a processos de formação validados pela Universidade. Neste contexto, como você avalia o potencial da Extensão Universitária e de que modo caracteriza essa transformação?

A universidade brasileira é o principal espaço de desenvolvimento da ciência e da tecnologia, portanto, fundamental para o desenvolvimento social e econômico do país. Entretanto, para que essa contribuição com o desenvolvimento aconteça é necessário que a universidade produza conhecimento vinculado às demandas sociais e, nesse sentido, a dimensão que possibilita a identificação e qualificação das demandas, assim como, a construção das respostas compatíveis é a extensão universitária.

Ao se realizar por meio da interação dialógica com outros setores da sociedade e da indissociabilidade com o ensino e a pesquisa a atividade extensionista agrega uma qualidade (desenvolvimento de competências), que não seria possível caso se realizasse no estrito espaço dos laboratórios e salas de aula.

A interação dialógica constitui uma fonte de primeira grandeza no fomento às transformações. Ao possibilitar o encontro da comunidade acadêmica com as experiências expressas na cultura popular, historicamente alijada do espaço acadêmico, potencializa os processos de aprendizagem, a capacidade criadora e inventiva, e agrega sentido à formação acadêmica. Nessa perspectiva, alarga a compreensão sobre a realidade, porque a lê a partir do olhar de diferentes sujeitos históricos (docente, estudante, comunidade externa), não se restringindo às lentes da racionalidade científica.

Ao estimular relações mais colaborativas entre estudantes e docentes de diferentes áreas e comunidade externa possibilita o confronto entre conhecimentos científicos e conhecimentos empíricos resultantes das experiências e vivências dos diferentes grupos populacionais, gera transformações importantes nos territórios e impacta a universidade num processo permanente de retroalimentação. Esse processo expressa o potencial transformador da extensão cuja concretude exige que ela seja compreendida como dimensão acadêmica e reposicionada na estrutura pedagógica que organiza a formação acadêmica que é o currículo.

Dessa premissa decorre a compreensão da relevância da implementação da Resolução 7, CNE, 2018, que estabelece as Diretrizes da Extensão na Educação Superior Brasileira, porque torna obrigatória a atividade extensionista na formação acadêmica no âmbito da graduação, exigindo por consequência a reestruturação dos Projetos Pedagógicos dos Cursos, integrando a extensão à matriz curricular e à organização da pesquisa.

Em diferentes contextos socioculturais pelo mundo, a violência contra a mulher tem se mostrado uma realidade. Qual é o papel da Universidade no enfrentamento desta inadmissível situação? A transformação curricular, mencionada na pergunta anterior, é parte deste enfrentamento?

A universidade, ao produzir conhecimento resultante da problematização oriunda das relações instituídas no contexto social, a exemplo da atividade de extensão, traz para a pauta temas muitas vezes invisibilizados pela sociedade. Ao alçá-los ao campo do visível obriga ao desenvolvimento de reflexões que conduzem à identificação das raízes do problema, as suas formas de manifestação e as consequências. Entretanto, para uma universidade socialmente comprometida, não basta conhecer, por isso não restringe os seus processos à análise e conhecimento do problema, ela se coloca em movimento para que os resultados alcançados possam ser aplicados de maneira a construir caminhos para a superação do problema.

No caso específico da violência contra a mulher a atuação das universidades por meio dos projetos de pesquisa e de extensão tem sido fundamental para o entendimento acerca dessa violência. Os estudos colocam em destaque as assimetrias entre homens e mulheres tantas vezes naturalizadas

e traz à tona a demonstração da interseccionalidade classe, gênero e raça. Por consequência, evidencia a dimensão social desse fenômeno o que implica na responsabilização da sociedade sobre essa questão, que deixa de ser compreendida como um problema da mulher e passa a ser reconhecida como uma questão coletiva que deve ser respondida pelas estruturas da sociedade.

Como dito anteriormente, da universidade não é demandado apenas conhecer, dela se espera a aplicação do conhecimento construído através da produção das respostas necessárias, por isso o estímulo à construção de redes colaborativas de enfrentamento à violência e de atividades pedagógicas que impactam a cultura do patriarcado, lançando bases para a sua desconstrução, tem sido tarefa recorrentemente estimulada na universidade por meio de programas e projetos de extensão.

As mudanças nos currículos dos cursos, por meio da extensão, são uma bela oportunidade para que temas relevantes como a violência de gênero componham a agenda das universidades.

Quais são os principais obstáculos que mulheres e meninas enfrentam para sua inserção em diferentes campos de produção de conhecimento científico? Como superá-los?

São vários os obstáculos: as condições sociais e econômicas, a dupla jornada de trabalho e a cultura machista, segundo a qual nem todas as áreas do conhecimento e ocupações são próprias para as meninas. O resultado da associação entre cultura do patriarcado e sociedade de classes constitui terreno fértil das desigualdades de gênero.

A cultura do patriarcado vincula as mulheres ao espaço privado, isso implica na compreensão que as tarefas específicas desse ambiente como cuidado com a casa, com a família, são consideradas tarefas genuinamente femininas e essa perspectiva é transferida, também para o ambiente público.

O campo científico não é diferente. Nele a associação das mulheres às áreas de formação profissional vinculadas ao cuidado é quase automática. Não à toa a forte presença das mulheres na educação, nas humanidades e, muito menos nas áreas das tecnologias. E quando adentram as áreas das engenharias, para elas são apresentadas demandas que, em geral, não são feitas aos homens. É como se tivessem que justificar a ousadia de se contraporem à cultura machista.

A cultura patriarcal institui relações de poder que estão na base da sujeição feminina e da violência perpetrada contra as mulheres, por isso a superação da desigualdade de gênero resultará da desconstrução dessa cultura que somente será possível através uma educação que propicie a reflexão crítica, a busca incessante pelas causas do problema, que eduque para a construção de relações pautadas na igualdade. Uma educação que tenha a emancipação humana como referência primeira.

De que modo a construção de modelos inovadores de Gestão Universitária podem gerar efetividade dialógica entre universidade e sociedade, superando elitismos e preconceitos que há tempos estão arraigados nas universidades brasileiras?

Sem dúvidas por meio da extensão, porque é esta atividade acadêmica que se fundamenta na ruptura com a fragmentação do conhecimento, que estimula a interação dialógica como premissa do aprender, que demanda relações horizontais e cooperativas entre os diferentes sujeitos envolvidos no processo. Ao se insurgir contra as estruturas sacralizadas na academia, a extensão leva ao reconhecimento do outro e à valorização do diferente, sem que esta diferença se constitua em palco para a desigualdade e estimula a construção coletiva, a constituição de redes como fundamentais para a excelência da aprendizagem.

A extensão é relação que ocorre entre sujeitos nos territórios sem que um ou outro se constitua em objeto nesse processo. Por isso, propicia conhecer a realidade concreta, interagir com ela e desenvolver competências inovadoras a partir desta relação. De maneira insurgente a extensão assume que a universidade não é o único espaço de construção e produção de conhecimento, nesse sentido remete a uma necessária humildade acadêmica, ponto basilar para desencadear processos criativos e superar assimetrias entre sujeitos e as distintas formas de produção de conhecimento.

Ao pautar a interdisciplinaridade, a interação dialógica com outros setores da sociedade e o protagonismo estudantil a extensão se configura como processo contra hegemônico que se funda no exercício da prática democrática em um espaço historicamente identificado com a elite. Pelas diretrizes que a definem pode-se afirmar que a extensão é comprometida com a superação do elitismo, dos preconceitos e de todas as formas de discriminação, constituindo-se em porta de entrada para a construção de relações sociais democráticas.

Qual é o principal objetivo do Programa Estratégico “Mulheres e Meninas na Ciência”, por você idealizado no Decanato de Extensão da Universidade de Brasília, o qual resulta em significativa produção acadêmica de natureza extensionista, parte dela presente em forma de artigos nesta edição da Revista Participação?

O Programa Mulheres e Meninas na Ciência foi criado pelo Decanato de Extensão, em parceria com o Decanato de Pesquisa e Inovação e a Secretaria de Direitos Humanos da UnB como um programa estratégico.

Ele surge da compreensão que a presença qualificada das mulheres no espaço produtivo é estratégica para o desenvolvimento do país, daí a necessidade de fomentar iniciativas que estimulam as mulheres e meninas a atuarem em campos científicos historicamente cerceados a elas, a exemplo das áreas das Tecnologias e que à educação superior cabe a função de realizar essa formação.

Este programa é parte de um conjunto de outras iniciativas que compõem a política de Direitos Humanos implementada pela UnB que entende a necessidade de se enfrentar a desigualdade de gênero, numa instituição de maioria feminina, como um passo fundamental para a garantia de direitos. Os estudos revelam que a universidade, mesmo sendo um espaço social em que prevalecem as evidências científicas, é atravessada pelas contradições presentes na sociedade. Nela convivem práticas que desiguam, juntamente com processos construtores de novas relações assentadas na premissa da igualdade de direitos e de respeito e valorização da diversidade.

O programa foi proposto com objetivo de estimular o protagonismo das mulheres na universidade e fora dela por meio de ações integradas, desdobradas de um planejamento coletivo construído com a participação efetiva das mulheres. O fomento ao programa foi realizado por meio de edital com vistas a apoiar a proposição de projetos de extensão que, “articulados entre si, estimulem o interesse de mulheres e meninas das escolas públicas do Distrito Federal a buscar profissões e carreiras científicas”.

A compreensão da potência resultante do trabalho desenvolvido em rede para a eliminação de estereótipos de gênero em carreiras científicas, que estimula o protagonismo feminino nos territórios e desenvolva formação crítico emancipatória com referência na diversidade de mulheres e meninas (mulheres e meninas negras, indígenas, do campo, lésbicas, bissexuais, transexuais, transgêneros e travestis (LBTs) e com deficiência) representa um salto de qualidade na compreensão sobre os elementos que conduzem à desigualdade de gênero e às formas de sua superação fazendo da universidade um espaço de resistência e enfrentamento às práticas que desiguam e violentam mulheres e meninas.

O referido Programa, por meio de editais públicos, vem fomentando importante encontro entre Extensão Universitária e Mulheres e Meninas na Ciência. Como fazer para que este Programa se estabeleça como ação continuada, superando ações pontuais que, apesar de importantes, não ganham o alcance necessário para o efetivo combate a processos de exclusão?

Penso que o primeiro passo foi dado. Ao ser institucionalizado como um Programa Estratégico do DEX, aprovado pela Câmara de Extensão, o Programa Mulheres e Meninas na Ciência passa a compor a Política de Extensão da UnB, o que lhe confere uma perspectiva de perenidade.

Além disso, a presença das estudantes da educação superior e da educação básica nas diferentes etapas do planejamento e desenvolvimento dos projetos e a socialização dos resultados em articulação direta com as escolas de educação básica revelam a importância da iniciativa e impõem a necessidade de sua manutenção e fortalecimento.

Professora Olgamir, a Revista Participação reitera o agradecimento por nos conceder essa importante entrevista, deixando o espaço aberto para as suas considerações finais.

Reitero a necessidade que se consolide na universidade a compreensão que a extensão universitária é dimensão acadêmica responsável por vincular a formação profissional às necessidades da sociedade, por meio de uma articulação indissociável com o ensino e a pesquisa. Essa condição faz dela espaço fundamental para a desconstrução da cultura que naturaliza as diferentes formas de opressão e preconceitos presentes na sociedade. Nesse sentido, sustenta a perspectiva democrática da universidade e se consolida como indispensável à construção de uma educação emancipatória, realizada a partir do diálogo com outros setores da sociedade, problematizadora da realidade, premissa da transformação social e da construção de relações sociais de igualdade.